

# Governo da maioria

**D**ESCARTADA a proposta de voto distrital na Comissão de Sistematização, armou-se mais um problema, e de gravidade especial, para a implantação do sistema parlamentarista de governo no Brasil, já aprovada. E torna-se uma incógnita a realização do equilíbrio perfeito entre os Poderes do Estado, recomendação maior do sistema parlamentar. A perspectiva é de vir este a deteriorar-se num extremo tão vicioso quanto o presidencialismo imperial — a hipertrofia do Poder Legislativo e a paralisia, ou a instabilidade permanente da administração pública, que dela resultam.

**O** PARLAMENTARISMO é constantemente apresentado como mecanismo institucional de absorção de crises sem maiores traumas; de transformações no Governo sem abalo algum da estabilidade do Estado, de mudanças política-administrativas sem ruptura da ordem legal, por mais profundas que sejam.

**M**AS esses méritos não são inerentes à pura estrutura do sistema parlamentar, dependendo antes de sua dinâmica. E o justo vigor desta repousa sobre dois mecanismos: dissolução do Parlamento e convocação de novas eleições, na impossibilidade de se conseguir uma maioria que governe através do Gabinete; e o voto distrital.

**A** DISSOLUÇÃO do Parlamento é instrumento nas mãos do

Chefe do Estado, para administração de grandes crises. O voto distrital é instrumento nas mãos do povo para controle da representação.

**O** VOTO distrital confere uma representação definida, concreta: o parlamentar tem uma coletividade bem nítida a que se reportar; e esta, um representante visível, individualizado, um procurador. No voto proporcional, a representação é diluída e difusa (há deputados que se gabam de ter sido votados em todos os municípios de um Estado, ainda quando não conseguem alcançar por si o quociente eleitoral); e a coletividade tantas vezes frustrada, sem saber a quem se dirigir, acaba se voltando contra a representação como tal. O peso da liderança é, no caso, totalmente artificial: ele é composto com o amesalhamento de insignificâncias.

**A** SOBERANIA popular, que na eleição por voto distrital se exerce de maneira permanente e personalizada, se reduz, na eleição por voto proporcional, ao comparecimento periódico aos pleitos, para logo se tornar uma abstração, quando não uma ficção: acontece não raro que o diplomado se transforme num irresponsável, embora a prazo — pelo período confortável de quatro anos. O povo, no voto proporcional, não é referência a uma coletividade específica; é uma referência conceitual e va-

ga, para o efeito de compromissos frouxos e tibios no eleito.

**ESTÁ** escancarado, então, o caminho para a demagogia; para o discurso político furta-car, elaborado de fora para dentro e ao sabor das platéias e circunstâncias, na mesma proporção em que é insípido ideologicamente.

**CONFIAR** o Governo às pseudolideranças que assim surgem — é preciso não se esquecer de que, no sistema parlamentar, é o Parlamento que faz e desfaz os governos —, atribuir-lhes a responsabilidade que escamoteiam, através do voto proporcional, será um desastre para a administração e uma hipoteca sobre as instituições políticas.

**SEM** alguma forma de voto distrital, não há como obter uma participação partidária mais intensa, uma expressão mais fiel das correntes de opinião presentes na população e a prevalência do compromisso com a representação sobre uma demagogia generalizada e uma ação política furtiva. Não há como obter, em outras palavras, um governo da maioria, num País que já sofreu demais com as composições espúrias e as coalizões oportunistas.

**SEM** voto distrital, sobra-nos uma única possibilidade para alcançar um governo de maioria, o sistema presidencialista.